



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A atuação da Instituição está plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégia de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, assim como parcerias com grandes fabricantes, principalmente nos setores automotivo, aeronaves e de máquinas e equipamentos, destacando-a como uma das principais arrendadoras no mercado nacional.

No exercício de 2024, a Bradesco Leasing registrou lucro líquido de R\$ 383 milhões, correspondendo a R\$ 16.231,52 por ação e patrimônio líquido de R\$ 4.175 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 9,17% sobre o patrimônio líquido. O total de ativos somava R\$ 15.183 milhões, destacando-se R\$ 7.765 milhões em títulos e valores mobiliários e R\$ 6.236 milhões em operações de arrendamento mercantil de *leasing* financeiro,

registrados a valor presente. A Instituição possui participação societária de 1,78% na empresa Serel Participações em Imóveis S.A.

A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 25% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Em conformidade com o disposto na Resolução CVM nº 162/22 da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing possui Política de Contratação de Auditoria Independente com diretrizes relacionadas à governança, transparência, conformidade, objetividade e independência na contratação e prestação de Auditoria das Demonstrações Financeiras da Instituição, e que dissemina a cultura corporativa de observância à não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil							
Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Disponibilidades	4	13.322	10.861	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		9.989.740	7.444.044
Instrumentos Financeiros		7.767.463	6.929.318	Depósitos Interfinanceiros	11a	2.334.703	539.778
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	1.959	1.766	Recursos de Emissão de Títulos	11b	7.655.037	6.904.266
Títulos e Valores Mobiliários	6a	7.765.504	6.927.552	Provisões	12	54.848	66.247
Operações de Arrendamento Mercantil	7	6.235.852	3.992.338	Outras Provisões		54.848	66.247
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(54.241)	(42.449)	Impostos Diferidos	21c	746.606	550.355
Operações de Arrendamento Mercantil	7h.i	(54.241)	(42.449)	Outros Passivos	14	217.448	163.633
Créditos Tributários	21c	372.172	324.286	Total do Passivo		11.008.642	8.224.279
Investimentos em Coligadas	8	26.884	24.979	Patrimônio Líquido			
Imobilizado de Uso	9	25.444	25.444	Capital Social	15a	2.312.267	2.312.267
Depreciações	9	(22.425)	(22.409)	Reservas de Lucros	15b	1.862.399	1.570.499
Outros Ativos	10	819.013	864.853	Ajuste de Avaliação Patrimonial		176	176
Total do Ativo		15.183.484	12.107.221	Total do Patrimônio Líquido		4.174.842	3.882.942
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		15.183.484	12.107.221

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil					
	Nota	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024	2023	
Receitas da Intermediação Financeira		1.867.459	3.434.824	2.844.175	
Operações de Arrendamento Mercantil	7h/7h.II	1.457.467	1.945.266	1.945.266	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6b	409.992	819.004	898.909	
Despesas da Intermediação Financeira		(1.544.042)	(2.796.526)	(2.223.312)	
Operações de Captações no Mercado	11c	(483.637)	(880.105)	(844.801)	
Operações de Arrendamento Mercantil	7h	(1.060.405)	(1.916.421)	(1.378.311)	
Resultado da Intermediação Financeira		323.417	638.298	621.063	
(Constituição)/Reversão com Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(8.564)	(12.220)	(324)	
Operações de Arrendamento Mercantil	7h.I	(8.564)	(12.220)	(324)	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		314.853	626.078	620.739	
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(12.239)	(14.748)	85.661	
Despesas Administrativas	16	(6.330)	(17.597)	(32.445)	
Despesas Tributárias	17	(28.622)	(54.671)	(45.781)	
Resultado de Participações em Coligadas	8	981	1.918	2.210	
Outras Receitas Operacionais	18	35.812	79.003	174.876	
Outras Despesas Operacionais	19	(8.536)	(13.433)	(10.766)	
Reversões/(Despesas) de Provisões		(5.544)	(9.968)	(2.433)	
- Fiscais	13	-	-	20.831	
- Cíveis	13	(5.544)	(9.968)	(23.264)	
Resultado Operacional		302.614	611.330	706.400	
Resultado Não Operacional		(189)	(1.211)	(1.303)	
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		302.425	610.119	705.097	
Imposto de Renda e Contribuição Social	21	(112.932)	(227.299)	(224.578)	
Lucro Líquido		189.493	382.820	480.519	
Lucro por Ação em R\$		8.034,49	16.231,52	20.373,93	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil				
	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024	2023	
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	189.493	382.820	480.519	
Itens que podem ser Reclassificados para o Resultado	(36)	-	137	
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	(36)	-	137	
- Próprios	(11)	(8)	23	
- De Coligadas e Controladas	(44)	8	187	
- Efeito dos Impostos	19	-	(73)	
Total dos Ajustes Não Incluídos no Lucro/(Prejuízo) Líquido	(36)	-	137	
Resultado Abrangente do Período	189.457	382.820	480.656	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil				
	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024	2023	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	302.425	610.119	705.097	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	991.027	1.666.811	1.328.129	
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.564	12.220	324	
Depreciação e Amortização	931.129	1.673.214	1.165.004	
Despesas com Provisões Cíveis e Fiscais	6.968	12.939	6.276	
Resultado de Participações em Coligadas	(981)	(1.918)	(2.210)	
Superveniência de Depreciação	(344.485)	(780.627)	(639.304)	
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	230	1.226	2.562	
Juros de Recursos de Emissão de Títulos - Debêntures	390.281	750.771	796.858	
Outros	(679)	(1.014)	(1.381)	
(Aumento)/Redução nas Variações em Ativos	(2.538.255)	(3.932.458)	(1.761.879)	
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(100)	(193)	(205)	
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação	(498.189)	(835.841)	(400.117)	
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	(2.054.522)	(3.136.513)	(1.289.506)	
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	14.556	40.089	(72.051)	
(Redução)/Aumento nas Variações em Passivos	1.254.622	1.657.968	(199.265)	
Aumento/(Redução) em Depósitos Interfinanceiros	1.508.981	1.794.925	(108.086)	
Aumento/(Redução) em Outras Provisões	(15.013)	(25.442)	(35.193)	
Aumento/(Redução) em Outros Passivos	4.091	(23.627)	(561)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(43.437)	(87.888)	(55.425)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	9.819	2.440	72.082	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	-	-	(17.408)	
(Aquisição)/Alienação de Investimento	-	-	9.915	
Dividendos Recebidos	21	21	12.892	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	21	21	5.399	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:				
Dividendos Pagos	-	-	(72.339)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	-	-	(72.339)	
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	9.840	2.461	5.142	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	3.482	10.861	5.719	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	13.322	13.322	10.861	
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	9.840	2.461	5.142	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) tem como objetivo a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo observadas as disposições da legislação em vigor.

É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) para elaboração de demonstrações financeiras, contemplam a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), além das normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis e fiscais; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 13 de fevereiro de 2025.

3) POLÍTIAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes aos períodos futuros são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

d) Instrumentos financeiros

i. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentados na Nota 5.

ii. Títulos e valores mobiliários - Classificação

- Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo baseia-se, geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil							
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros			Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária	39			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.312.267	308.886	895.217	39	-	-	3.516.409
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	137	-	-	137
Lucro Líquido	-	-	-	-	480.519	-	480.519
Destinações: - Reservas	-	24.026	342.370	-	(366.396)	-	-
- Dividendos Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	(114.123)	(114.123)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.312.267	332.912	1.237.587	176	-	-	3.882.942
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	382.820	-	382.820
Destinações: - Reservas	-	19.141	272.759	-	(291.900)	-	-
- Dividendos Propostos e/ou Provisionados	-	-	-	-	(90.920)	(90.920)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.312.267	352.053	1.510.346	176	-	-	4.174.842
Saldos em 30 de junho de 2024	2.312.267	342.578	1.375.333	212	-	-	4.030.390
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(36)	-	-	(36)
Lucro Líquido	-	-	-	-	189.493	-	189.493
Destinações: - Reservas	-	9.475	135.013	-	(144.488)	-	-
- Dividendos Propostos e/ou Provisionados	-	-	-	-	(45.005)	(45.005)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.312.267	352.053	1.510.346	176	-	-	4.174.84



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 10% a 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 40% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes, estão apresentados na Nota 9.

j) Outros ativos

Em outros ativos estão classificados os tributos a compensar referente a crédito de imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e antecipações não compensadas no próprio exercício.

Também estão classificadas nesse grupo as despesas antecipadas que representam as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestações de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

Adicionalmente, em outros ativos estão demonstrados os ativos não financeiros mantidos para a venda que são bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso e bens de uso próprio que serão realizados pela sua venda, que estejam disponíveis para a venda imediata e que sua alienação seja altamente provável no período de um ano. Os bens recebidos estão registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução. Os bens próprios estão registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o seu valor contábil, líquido das provisões para perdas por redução ao valor recuperável e da depreciação ou amortização acumulada.

A composição dos Outros Ativos está apresentada na Nota 10.

k) Provisões para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Ativos corporativos da Instituição não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata*.

l) Depósitos e demais instrumentos financeiros

i. Captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

A composição das operações está apresentada na Nota 11.

ii. Despesas associadas às captações de recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de debêntures, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente, as composições dos respectivos saldos dessas captações estão sendo apresentadas na Nota 11.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação por categoria e prazos

Títulos	2024				2023			
	1 a 30 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado	
Títulos para negociação	7.744.076	-	7.744.076	7.744.076	-	6.908.235	-	
Cotas de Fundos de investimentos (2)	7.744.076	-	7.744.076	7.744.076	-	6.908.235	-	
Disponíveis para venda	-	21.428	21.428	21.413	15	19.317	23	
Letras financeiras do tesouro	-	21.428	21.428	21.413	15	19.317	23	
Total geral	7.744.076	21.428	7.765.504	7.765.489	15	6.927.552	23	

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, e modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(2) Refere-se à aplicação em fundos exclusivos da Organização Bradesco.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre		Acumulado em 31 de dezembro	
	2024	2023	2024	2023
Títulos de renda fixa	1.102	2.119	2.537	2.537
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 5b)	100	193	205	205
Rendas com aplicações em fundos de investimentos	408.790	816.692	896.167	896.167
Total	409.992	819.004	898.909	898.909

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Leasing não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

7) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

a) Contratos de arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil possuem atualização prefixada ou pós-fixada. São contratos de arrendamento financeiro, com cláusula de não cancelamento e opção de compra.

b) Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis

	2024		2023	
	2024	2023	2024	2023
Arrendamentos financeiros a receber	4.212.403	2.678.897	2.678.897	2.678.897
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(4.092.975)	(2.575.571)	(2.575.571)	(2.575.571)
Bens arrendados e perdas em arrendamentos (líquidas) (Nota 7i)	9.908.777	7.354.831	7.354.831	7.354.831
Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros (Nota 7i)	(696.923)	(936.167)	(936.167)	(936.167)
- Depreciações acumuladas	(3.619.851)	(3.078.448)	(3.078.448)	(3.078.448)
- Superveniência de depreciação	2.922.908	2.142.281	2.142.281	2.142.281
Valor residual garantido antecipado	(3.095.430)	(2.529.652)	(2.529.652)	(2.529.652)
Total do valor presente (1)	6.235.852	3.992.338	3.992.338	3.992.338

(1) O valor de mercado da carteira de arrendamento mercantil é de R\$ 6.121.431 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 3.966.931 mil), adotando as taxas de juros praticadas pela Instituição em novos contratos de características similares.

c) Modalidade e níveis de risco

	Níveis de risco								2024		2023	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2024	2023	
Operações de arrendamento mercantil (valor presente)	1.020.507	2.816.078	2.359.457	10.879	9.595	3.538	3.599	403	11.796	6.235.852	3.992.338	
Total em 31 de dezembro de 2024	1.020.507	2.816.078	2.359.457	10.879	9.595	3.538	3.599	403	11.796	6.235.852	3.992.338	
Total em 31 de dezembro de 2023	438.152	1.414.166	2.110.504	1.723	13.171	2.478	240	661	11.243	6.235.852	3.992.338	

d) Composição das operações de crédito por nível de risco e faixas de vencimento

	Níveis de risco								2024		2023	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2024	2023	
Curso normal	1.020.507	2.816.078	2.358.429	10.855	6.405	1.491	3.599	403	2.235	6.220.002	3.972.881	
Parcelas vencidas	1.018.173	2.816.043	2.357.724	10.848	6.405	1.465	3.599	403	2.182	6.216.842	3.898.157	
1 a 30	560	103	2.143	-	-	31	-	-	-	2.837	1.704	
31 a 60	2.773	89.404	1.840	-	-	-	-	-	-	94.017	32.007	
61 a 90	3.988	4.337	2.456	-	3	-	-	-	-	10.784	12.325	
91 a 180	17.208	42.508	12.473	-	23	64	-	-	2	72.278	42.724	
181 a 360	76.685	52.999	32.344	-	19	196	-	-	81	162.324	112.412	
Acima de 360	916.959	2.626.692	2.306.468	10.848	6.360	1.174	3.599	403	2.099	5.874.602	3.696.995	
Vencidas até 14 dias	2.334	35	705	7	26	204	3.599	403	53	3.160	74.724	
Curso anormal	-	-	1.028	24	3.190	2.047	-	-	9.561	15.850	19.457	
Parcelas vencidas	-	-	51	4	192	287	-	-	1.451	1.985	814	
1 a 14	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7	-	
15 a 30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
31 a 60	-	-	8	-	-	-	-	-	-	8	-	
61 a 90	-	-	-	-	-	-	-	-	9	9	52	
91 a 180	-	-	13	4	-	-	-	-	324	341	193	
181 a 360	-	-	-	-	41	241	-	-	3	285	174	
Acima de 360	-	-	30	-	151	46	-	-	1.108	1.335	395	
Parcelas vencidas	-	-	977	20	2.998	1.760	-	-	8.110	13.865	18.643	
1 a 30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
31 a 60	-	-	16	-	-	-	-	-	-	16	-	
61 a 90	-	-	-	-	-	-	-	-	10	10	12	
91 a 180	-	-	51	-	-	-	-	-	540	591	479	
181 a 360	-	-	-	20	1.286	868	-	-	16	2.190	15.629	
Acima de 360	-	-	910	-	1.712	892	-	-	7.544	11.058	2.523	
Total geral	1.020.507	2.816.078	2.359.457	10.879	9.595	3.538	3.599	403	11.796	6.235.852	3.992.338	
Provisão mínima requerida	-	14.080	23.595	327	959	1.062	1.800	281	11.796	53.900	42.114	
Provisão complementar	303	14	15	-	9	-	-	-	-	341	335	
Provisão existente	303	14.094	23.610	327	968	1.062	1.800	281	11.796	54.241	42.449	

I - Segregação de prazo por operação

Exposição - Arrendamento Mercantil	Atraso de							Total
	Em dia	até 14 dias	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias		
Em 31 de dezembro de 2024	6.153.415	65.847	10.625	1.580	3.150	1.235	6.235.852	
Em 31 de dezembro de 2023	3.284.099	685.597	21.290	503	464	385	3.992.338	

e) Concentração das operações de arrendamento mercantil

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2024	% (1)	2023	% (1)
Maior devedor	258.207	4,1	195.688	5,5
Dez maiores devedores	1.265.641	20,3	1.201.051	34,0
Vinte maiores devedores	1.891.232	30,3	1.678.987	47,5
Cinquenta maiores devedores	3.104.012	49,8	2.393.772	67,7
Cem maiores devedores	4.117.036	66,0	2.998.829	84,8

(1) Em relação ao total da carteira - Critério Bacen.

f) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2024	%	2023	%
Setor privado	6.235.852	100,0	3.992.338	100,0
Pessoa jurídica	6.023.384	96,5	3.855.209	96,6
Serviços diversos	1.486.921	23,8	847.419	21,2
Varejo	824.388	13,2	632.837	15,9
Total	6.235.852	100,0	3.992.338	100,0





Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

g) Movimentação da carteira de renegociação

	R\$ mil	
	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	30.671	45.687
Renegociação	17.123	7.938
Recebimentos/Outros (1)	(19.042)	(20.794)
Baixas	(1.458)	(2.160)
Saldo final em 31 de dezembro	27.294	30.671
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	15.247	12.921
Percentual sobre a carteira de renegociação	55,9%	42,1%

(1) Contempla a liquidação de contratos renegociados por meio da realização de novas operações.

h) Resultado das operações de arrendamento mercantil

	R\$ mil		
	2º Semestre		Acumulado em 31 de dezembro
	2024	2024	2023
Receitas de arrendamento mercantil	1.451.901	2.607.453	1.910.215
Despesas de arrendamento mercantil	(1.060.405)	(1.916.421)	(1.378.311)
Depreciações	(869.488)	(1.554.129)	(1.090.014)
Insuficiência de depreciação	-	-	(21.495)
Valor residual garantido antecipado	(123.694)	(229.597)	(190.423)
Amortização	(61.633)	(119.069)	(74.974)
Outras	(5.590)	(13.626)	(1.405)
Total	391.496	691.032	531.904

No exercício de 2024, houve cessões de crédito de operações do Banco Bradesco Financiamentos S.A. para a Bradesco Leasing, cujo valor de venda foi de R\$ 321.456 mil. Em 31 de dezembro de 2024 esses créditos totalizam R\$ 318.974 mil.

i) Imobilizado de arrendamento (1)

	R\$ mil		
	2024		2023
Aeronaves	5.835.073	4.177.610	4.177.610
Máquinas e equipamentos	2.218.969	1.884.778	1.884.778
Veículos e afins	1.403.984	860.536	860.536
Outros	79.535	63.471	63.471
Perdas em arrendamentos a amortizar (líquidas)	371.216	368.436	368.436
Total de bens arrendados (Nota 7b)	9.908.777	7.354.831	7.354.831
Depreciação acumulada de bens arrendados	(3.619.831)	(3.078.448)	(3.078.448)
Superveniência de depreciação	2.922.908	2.142.281	2.142.281
Total da depreciação acumulada (Nota 7b)	(696.923)	(936.167)	(936.167)
Imobilizado de arrendamento	9.211.854	6.418.664	6.418.664

(1) A Bradesco Leasing apurou no período, superveniência de depreciação, no montante de R\$ 780.627 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 639.304 mil), sendo registrado em resultado do período.

8) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de Participação em Coligadas".

	R\$ mil	
	2024	2023
Capital social	180.000	180.000
Patrimônio líquido ajustado	1.539.394	1.539.394
Quantidade de ações detidas (em milhares)	257	257
Participação no capital social	1,7807%	1,7807%
Lucro líquido ajustado	107.710	107.710
Valor contábil em 31 de dezembro	26.884	24.979
2024	26.884	24.979
Resultado de equivalência patrimonial	981	1.918
2024	981	1.918
2023	2.210	2.210

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui controle conjunto na investida pela soma das participações mantidas pela Instituição, pela controladora e por outras controladas da controladora, inclusive por: representação no Conselho de Administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores; e

(2) Investimento inclui desajuste de R\$ 528 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 528 mil).

9) IMOBILIZADO DE USO

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro - R\$ mil		Custo líquido de depreciação	
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Total
Imóveis de uso:				
- Terrenos	-	2.714	-	2.714
- Edificações	4%	22.730	(22.425)	305
Total em 31 de dezembro de 2024		25.444	(22.425)	3.019
Total em 31 de dezembro de 2023		25.444	(22.409)	3.035

10) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil	
	2024	2023
Tributos antecipados	497.663	551.157
Devedores por depósitos em garantia	217.241	221.657
Direitos creditórios (1)	94.955	80.290
Outros	9.154	11.749
Total	819.013	864.853

(1) Contempla créditos ativados reclassificados atendendo a Norma do BCB IN 442, anteriormente registrados na linha de "Outros".

11) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Depósitos interfinanceiros

	R\$ mil						
	Em 31 de dezembro - R\$ mil		Custo líquido de depreciação		Total		
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
- Depósitos interfinanceiros...	18.742	18.169	17.258	2.104.816	73.076	102.642	2.334.703
Total em 31 de dezembro de 2024	18.742	18.169	17.258	2.104.816	73.076	102.642	2.334.703
%	0,8	0,8	0,7	90,2	3,1	4,4	100,0
Total em 31 de dezembro de 2023	-	539.778	-	-	-	-	539.778
%	-	100,0	-	-	-	-	100,0

b) Recurso de emissão de títulos - Debêntures

A Instituição mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Certificados de depósitos interfinanceiros", conforme segue:

	R\$ mil	
	2024	2023
Emissão	Valor da operação	Vencimento
Fevereiro/2005	4.000.000	2025
Fevereiro/2005	4.050.000	2025
Fevereiro/2005	8.775.000	2025
Janjeiro/2008	6.750.000	2028
Junho/2011	4.750.000	2026
Total	28.325.000	

c) Despesas de captação

	R\$ mil		
	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024	2023
Despesas de debêntures	390.281	750.771	796.858
Depósitos interfinanceiros	93.356	129.334	47.943
Total	483.637	880.105	844.801

12) OUTRAS PROVISÕES

	R\$ mil	
	2024	2023
Provisão para passivos contingentes (Nota 13)	49.666	60.686
Outras provisões	5.182	5.561
Total	54.848	66.247

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

II - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos, têm acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

III - Movimentação das provisões

	R\$ mil	
	Cíveis	Fiscais
Saldo em 1º de janeiro de 2024	54.504	6.182
Atualização monetária	2.791	179
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	9.968	-
Pagamentos	(23.958)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	43.305	6.361

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2024, R\$ 86.718 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 74.312 mil) para os processos cíveis e R\$ 374.359 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 429.908 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- ISSQN de empresas de arrendamento mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 94.105 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 150.917 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por outros municípios que não aqueles onde as empresas estão instaladas, para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário; e
- Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 153.571 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 146.911 mil).

14) OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	2024	2023
Sociais e estatutárias	205.043	114.123
Fiscais e previdenciárias	10.595	45.084
Credores diversos	716	2.432
Outros	1.094	1.994
Total	217.448	163.633

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 2.312.267 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 2.312.267 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 23.585 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2023 - 23.585), nominativas-escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	2024	2023
Reservas de lucros	1.862.399	1.570.499
- Reserva legal (1)	352.053	332.912
- Reservas estatutárias (2)	1.510.346	1.237.587

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

I - Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	R\$ mil	
	2024	2023
- Provisão específica (1)	3.631	1.875
- Provisão genérica (2)	38.483	40.050
- Provisão complementar (3)	335	504
Saldo inicial em 1º de janeiro	42.449	42.429
Constituição/(Reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	12.220	324
Baixas	(428)	(304)
Saldo final em 31 de dezembro	54.241	42.449
- Provisão específica (1)	10.505	3.631
- Provisão genérica (2)	43.395	38.483
- Provisão complementar (3)	341	335

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e

(3) A provisão complementar é constituída considerando o nosso modelo de provisionamento, que é baseado em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, e na experiência da Administração, de modo a refletir a nossa expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos (positivo, esperado e adverso).

II - Recuperações

	R\$ mil		
	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024	2023
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (1)	5.566	8.367	35.051

(1) Registrada em receitas de Operações de Arrendamento Mercantil.

Em 31 de dezembro - R\$ mil

	2024	2023
Aeronaves	5.835.073	4.177.610
Máquinas e equipamentos	2.218.969	1.884.778
Veículos e afins	1.403.984	860.536
Outros	79.535	63.471
Perdas em arrendamentos a amortizar (líquidas)	371.216	368.436
Total de bens arrendados (Nota 7b)	9.908.777	7.354.831
Depreciação acumulada de bens arrendados	(3.619.831)	(3.078.448)
Superveniência de depreciação	2.922.908	2.142.281
Total da depreciação acumulada (Nota 7b)	(696.923)	(936.167)
Imobilizado de arrendamento	9.211.854	6.418.664

(1) A Bradesco Leasing apurou no período, superveniência de depreciação, no montante de R\$ 780.627 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 639.304 mil), sendo registrado em resultado do período.

8) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de Participação em Coligadas".

	R\$ mil	
	2024	2023
Capital social	180.000	180.000
Patrimônio líquido ajustado	1.539.394	1.539.394
Quantidade de ações detidas (em milhares)	257	257
Participação no capital social	1,7807%	1,7807%
Lucro líquido ajustado	107.710	107.710
Valor contábil em 31 de dezembro	26.884	24.979
2024	26.884	24.979
Resultado de equivalência patrimonial	981	1.918
2024	981	1.918
2023	2.210	2.210

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui controle conjunto na investida pela soma das participações mantidas pela Instituição, pela controladora e por outras controladas da controladora, inclusive por: representação no Conselho de Administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores; e

(2) Investimento inclui desajuste de R\$ 528 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 528 mil).

9) IMOBILIZADO DE USO

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro - R\$ mil		Custo líquido de depreciação	
	Taxa anual	Custo		

continuação



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e base negativa de contribuição social

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal		R\$ mil
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Total	
2025.....	19.692	11.815	45.368	76.875	
2026.....	22.113	13.268	46.553	81.934	
2027.....	12.692	7.615	44.358	64.665	
2028.....	10.850	6.510	50.321	67.681	
2029.....	9.015	5.409	42.884	57.308	
2030.....	4.938	2.963	-	7.901	
2031.....	3.773	2.264	-	6.037	
2032.....	3.169	1.901	-	5.070	
2033.....	1.863	1.118	-	2.981	
2034.....	1.075	645	-	1.720	
Total.....	89.180	53.508	229.484	372.172	

A projeção de realização de créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 31 de dezembro de 2024, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 333.204 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 295.600 mil), sendo: R\$ 128.404 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 127.566 mil) de diferenças temporárias e R\$ 204.800 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 168.034 mil) de prejuízo fiscal.

Todos os créditos tributários da Bradesco Leasing foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	2023		Saldo em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	Constituição	Realização	2024
Superveniência de depreciação.....	535.571	195.156	(2)	730.727
Atualização de depósitos judiciais.....	14.775	1.098	-	15.873
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias.....	550.346	196.256	(2)	746.600
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda.....	9	-	(3)	6
Total dos impostos diferidos (Nota 21c).....	550.355	196.256	(5)	746.606

22) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (DIRETAS E INDIRETAS)

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20 do CMN e a Deliberação da CVM nº 642/10, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	2023		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	Constituição	Realização	2024
Disponibilidades (Nota 4).....	13.322	10.861	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 5a).....	1.959	1.766	-	-
Títulos e valores mobiliários (Nota 6a).....	7.744.076	6.908.235	-	-
Dividendos a receber.....	-	-	18	21
Passivos				
Depósitos interfinanceiros (Nota 11a) (3).....	2.057.742	539.778	276.961	-
Recursos de debêntures (Nota 11b).....	7.655.037	6.904.266	-	-
Dividendos a pagar.....	205.043	114.123	-	-
Outros passivos.....	499	348	-	-

	2024		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023	2024	2023
Recargas de intermediação financeira.....	816.885	896.372	-	-
Despesas de intermediação financeira.....	(872.769)	(844.801)	(7.336)	-
Despesas operacionais.....	(4.811)	(2.262)	-	-
Resultado não operacional (3).....	-	263	3	37

(1) O Banco Bradesco S.A. é a entidade controladora direta e a controladora final da Instituição;
 (2) A Instituição possui controle conjunto na Serel Participações em Imóveis S.A. pela soma das participações mantidas pela Instituição, pela controladora e por outras controladas; e
 (3) Banco Bradesco Financiamentos.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
 • O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
 • A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos funcionários e administradores da Organização.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Instituição, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador direto, em consonância com a prática da Organização.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

23) GERENCIAMENTO DE RISCOS

a) Gerenciamento de riscos

O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil e os possíveis riscos dos bens de uso estão sob a responsabilidade da Instituição.

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões coletivas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Leasing, como parte integrante da Organização adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Risco de mercado

Análise de sensibilidade

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e como boa prática de governança de gestão de riscos, possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as melhores práticas internacionais. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e avançaram regulamentados pelo Bacen.

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

Carteira Trading: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da própria carteira, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira Banking: composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Instituição e seus respectivos *hedges*.

	Carteira Banking (1)						
	Em 31 de dezembro de 2024			Em 31 de dezembro de 2023			
	1	2	3	1	2	3	
Taxa de juros em reais.....	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(65)	(23.828)	(45.136)	(54)	(12.609)	(23.912)
Índices de preços.....	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços	(5)	(853)	(1.591)	(7)	(846)	(1.604)
Cupom cambial.....	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de moedas estrangeiras	1	78	156	-	80	158
Moeda estrangeira.....	Exposições sujeitas à variação cambial	(137)	(3.420)	(6.840)	333	8.314	16.628
Renda variável.....	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	180	4.506	9.011	735	18.370	36.740
Soberanos/ <i>Eurobonds</i> e <i>Treasuries</i>	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros de papéis negociados no mercado internacional	-	41	82	2	149	261
Total sem correlação.....		(25)	(23.476)	(44.318)	1.009	13.458	28.270

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.
 As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima etc.) foram aplicados choques de 1 ponto-base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 6,19 foi utilizado um cenário de R\$ 6,25, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 15,42% foi aplicado um cenário de 15,43%;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 6,19 foi utilizado um cenário de R\$ 7,74, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 15,42% foi utilizado um cenário de 19,27%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representaram choque de 25,0% nas respectivas curvas ou preços; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 6,19 foi utilizado um cenário de R\$ 9,29, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 15,42% foi utilizado um cenário de 23,12%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representam choque de 50,0% nas respectivas curvas ou preços.

24) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

Ativo	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
						R\$ mil
Disponibilidades.....	13.322	-	-	-	-	13.322
Instrumentos financeiros.....	7.744.076	1.959	-	21.428	-	7.767.463
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	-	1.959	-	-	-	1.959
Títulos e valores mobiliários.....	7.744.076	-	-	21.428	-	7.765.504
Operações de arrendamento mercantil.....	6.004	178.054	164.799	5.886.995	-	6.235.852
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	(3.395)	(8.880)	(8.486)	(33.480)	-	(54.241)
Créditos tributários.....	-	38.437	38.438	295.297	-	372.172
Investimentos em coligadas.....	-	-	-	-	26.884	26.884
Imobilizado de uso.....	76	379	455	21.820	2.714	25.444
Depreciações.....	(75)	(374)	(449)	(21.527)	-	(22.425)
Outros ativos.....	10.567	12.699	15.238	780.509	-	819.013
Total em 31 de dezembro de 2024.....	7.770.575	222.274	209.995	6.951.042	29.598	15.183.484
Total em 31 de dezembro de 2023.....	7.005.893	116.009	158.974	4.798.652	27.693	12.107.221

Passivo	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
						R\$ mil
Depósitos e demais instrumentos financeiros.....	18.742	8.307.116	73.076	1.590.806	-	9.989.740
Depósitos interfinanceiros.....	18.742	2.140.243	73.076	102.642	-	2.334.703
Recursos de emissão de títulos.....	-	6.166.873	-	1.488.164	-	7.655.037
Provisões.....	-	-	-	54.848	-	54.848
Outras provisões.....	-	-	-	54.848	-	54.848
Impostos diferidos.....	-	-	-	746.606	-	746.606
Outros passivos.....	12.254	151	205.043	-	-	217.448
Total do patrimônio líquido.....	-	-	-	-	4.174.842	4.174.842
Total em 31 de dezembro de 2024.....	30.996	8.307.267	278.119	2.392.260	4.174.842	15.183.484
Total em 31 de dezembro de 2023.....	8.547	580.741	114.123	7.520.868	3.882.942	12.107.221

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos exercícios:

Nosso resultado contábil em 2024 foi de R\$ 382.820 mil, sendo todo este montante tratado como resultado recorrente.

Nosso resultado contábil em 2023 foi de R\$ 480.519 mil, sendo todo este montante tratado como resultado recorrente.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.975 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações em relação às normas anteriores para arrendatários são: (i) não há mais a classificação em leasing operacional e financeiro; e (ii) todas as operações de arrendamento devem ser reconhecidas como ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento e as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente. Existem isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de itens de baixo valor.

A contabilidade de arrendador permanece semelhante ao padrão atual, classificando os arrendamentos como financeiros ou operacionais. O CPC 06 (R2) será aplicável a partir de 1º janeiro de 2025, de acordo com a Resolução CMN nº 4.975/21.

A adoção da nova norma não irá trazer impactos significativos nas demonstrações financeiras de 2025, tendo em vista que a Companhia não possui operações de arrendamento na qualidade de arrendatário e com relação às operações na qualidade de arrendador mercantil financeiro, não houve variações significativas em saldos no balanço patrimonial e demonstração de resultado, pois os conceitos oriundos da Resolução CMN nº 4.975/21 já estavam alinhados com o modelo do IFRS, uma vez que nesse sentido, as operações de arrendamento financeiro serão reconhecidas pelo valor presente das contraprestações a receber e o bem objeto do arrendamento deixará de ser registrado no ativo da arrendadora.

Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025

Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substituído entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

(i) Classificação e mensuração - Ativos financeiros

As Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 trazem um novo tratamento para classificação e mensuração de ativos financeiros, no qual a entidade deve fundamentar no modelo de negócio que reflita como a Organização gerencia os seus ativos, com o objetivo de gerar fluxos de caixa e o Teste SPPJ, que avaliará as características dos fluxos de caixa e orientará na classificação dos ativos financeiros.

Os ativos financeiros serão classificados em uma das três categorias de mensuração descritas a seguir:

- **Custo amortizado:** Ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento do principal e juros em datas especificadas. Estes ativos são ajustados por qualquer expectativa de perda de crédito;
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** Ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais para venda, os quais representam somente o pagamento de principal e juros. Alterações no valor justo destes ativos são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento de *impairment*, receita de juros, dividendos e variação cambial que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício (exceto variação cambial relativo a instrumentos patrimoniais nos quais a instituição tenha utilizado a faculdade prevista nos artigos nº 6 das Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23); e
- **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** Ativos financeiros que não atendem aos critérios para serem mensurados ao custo amortizado ou VJORA e demais ativos para negociação ou geridos na base do valor justo.

No reconhecimento inicial de instrumentos patrimoniais de outra entidade, não houve designação na categoria valor justo em outros resultados abrangentes. Adicionalmente, no reconhecimento inicial de ativos financeiros, também não houve a designação na categoria valor justo no resultado, com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente inconsistência de mensuração ou de reconhecimento contábil que possa ocorrer em decorrência da mensuração em bases diferentes de ativos ou passivos, cuja avaliação conjunta faça parte de estratégia já existente no reconhecimento inicial, ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos.

(ii) Provisão para perda

Em relação à provisão para perdas de crédito as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, estabelecem critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros, às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumente ou diminua.

O novo modelo de perdas esperadas se aplica aos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais). O novo modelo de perdas esperadas também é aplicável a ativos financeiros mensurados a VJR no nível 1 da hierarquia de valor justo que sejam títulos privados ou operações com característica de concessão de crédito.

No modelo prospectivo de perdas esperadas os ativos financeiros são divididos em três estágios:

Estágio 1: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 (doze) meses ou durante o prazo esperado do instrumento, quando este for inferior a 12 (doze) meses;

Estágio 2: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro; e

Estágio 3: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

(iii) Classificação - Passivos financeiros

As Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 definem que:

Os passivos financeiros devem ser classificados na categoria custo amortizado, exceto caso sejam:

- I - Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- II - Passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- III - Passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro, que devem ser mensurados e reconhecidos conforme os critérios de baixa e da transferência de passivos financeiros;
- IV - Compromissos de crédito e créditos a liberar, que devem ser reconhecidos e mensurados considerando os seus respectivos aspectos de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- V - Garantias financeiras prestadas, que, após o reconhecimento inicial, devem ser mensuradas pelo maior valor entre:

- a) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- b) o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.

É vedada a reclassificação de passivos financeiros.

(iv) Contabilidade de hedge

Em relação a contabilidade de instrumentos destinados a *hedge*, a avaliação da efetividade de operações de *hedge* passa a ser prospectiva, conforme Estratégia de Gerenciamento de Risco, entretanto aplicação do Capítulo V da Resolução CMN nº 4.966/21, que trata da Contabilidade de *Hedge*, teve a sua vigência inicial postergada para 1º de janeiro de 2027, de acordo com a Resolução CMN nº 5.100/23.

(v) Transição

...continuação



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2025



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC TSP-296875/O-4

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 14/02/2025

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/02/14/BRADESCOLEASING1580843414022025.pdf>
Hash: 173947848052a6d115816744cc8b8f123ba6f394c4